GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E
ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PCPA
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE NÍVEL
SUPERIOR DAS CARREIRAS POLICIAIS DE
INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL, DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA
CIVIL E PAPILOSCOPISTA.
CONCURSO PÚBLICO C - 207
EDITAL Nº 73/2022-SEPLAD/PCPA. 09 DE MAIO DE 2022
8ª RETIFICAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO - SE-PLAD e a POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PCPA, no uso das atribuições legais, tornam público a 8ª Retificação do Edital de Abertura C-207, para provimento de vagas em cargos de nível superior das Carreiras Policiais de Investigador de Polícia Civil - IPC, Escrivão de Polícia Civil - EPC e Papiloscopista - PAP conforme segue:

Art. 1º Fica RETIFICADO o subitem 18.7, do Edital de Abertura C-207, referente a nota mínima para se obter a aprovação no curso de formação, conforme segue:

Onde se lê:

18.7 As disciplinas ministradas, no Curso de Formação, são de caráter eliminatório e classificatório, a avaliação em cada disciplina valerá no máximo 10 (dez) pontos, tendo o candidato que obter nota mínima 7,0 (sete) em cada disciplina, caso contrário será reprovado e consequentemente eliminado do Certame.

Leia-se:

18.7 As disciplinas ministradas, no Curso de Formação, são de caráter eliminatório e classificatório, a avaliação em cada disciplina valerá no máximo 10 (dez) pontos, tendo o candidato que obter a nota mínima de 6,0 (seis) em cada disciplina, caso contrário será reprovado e consequentemente eliminado do certame.

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Belém, 09 de maio de 2022

IVALDO RENALDO DE PAULA LEDO

Secretário de Estado de Planejamento e Administração

WALTER RESENDE DE ALMEIDA

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará

Protocolo: 796029

Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 28 da Lei nº 7.442/2010 c/c a Lei nº 8.030/2014 c/c Acórdão nº 55.856 do TCE/PA de 06/07/2016, Parecer nº 03/2021 PROJUR/IGEPREV; art. 6º da Lei nº 9.322/2021; art. 140, III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, § 1º, inciso X, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/1986, SONIA MARIA GOMES SANTIAGO, mat. nº 5048656/1, no cargo de Professor Classe I, nível H, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.991,30 (doze mil, novecentos e noventa e um reais e trinta centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base - 200h	4002,18
Aulas Suplementares - 58,65h	1.173,64
Gratificação de Magistério - VPNI	291,39
Gratificação pela Escolaridade - 80%	3.201,74
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	4.322,35
Total de Proventos	12.991,30

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/05/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 792085

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 1.831 DE 18 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - Processo nº 2021/1322696.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, caput e § 1º, da Lei nº 5.810/1994 combinado com o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 44/2003; acordo firmado entre o Estado do Pará e o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará nos autos da Ação Ordinária de Cobrança do Processo nº 00088290519998140301 que tramitou na 2ª Vara de Fazenda de Belém; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 131, §1º, inciso XII, da Lei nº 5.810/1994, MIRIADES CELESTE DA SILVA MAGRINELLI, mat. 181005/1, na função de Técnico em Gestão Pública, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$5.663,17 (cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais e dezessete centavos), conforme abaixo discriminado:

Vencimento Base	1.724,64
Adicional pelo Exercício de Função Gratificada de Coordenador de Grupo de Cadastro - FG-2 - 50%	62,60
	206,96
Vencimento Decisão Judicial SISPEMB - 12%	1.545,28
Gratificação pela Escolaridade - 80%	2.123,69
Adicional por Tempo de Serviço - 60%	5.663,17
Total de Proventos	

II - Esta Portaria produzirá seus efeitos a contar de 01/05/2022.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva

Presidente do IGEPREV/PA

Protocolo: 792090

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 1.339 DE 21 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2018/170175.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 39 de 09/01/2002, alterações posteriores e demais dispositivos legais, resolve:

I - Aposentar, de acordo com o art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003, art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e os artigos 36 e 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/2005 e pela Lei Complementar nº 142/2021; art. 130, § 1º e caput, da Lei nº 5.810/1994 c/c o art. 94, § 2º, da Lei Complementar nº 39/2002, com as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 44/2003; art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/1994; art. 3º e Anexo II da Lei nº 9.322/2021; art. 131, § 1º, inciso XI, da Lei nº 5.810/1994, MARIA JOSE DE SOUZA BELEM, mat. nº 499099/1, na função de Professor Classe II, nível I, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, recebendo nessa situação os proventos mensais de R\$12.653,84 (doze mil, seiscentos e cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

CONTRATO

Pregão Eletrônico 019/2021-SEPLAD/DGL/SRP

Contrato: 017/2022- IOE.

PAE: 2021/325703

Exercício: 2022.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DE USO COMUNS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA IMPrensa OFICIAL DO ESTADO - IOE.

Fundamentação Legal: Lei 8.666/93;

Valor: R\$ 10.990,00 (dez mil novecentos e noventa reais).

Data de assinatura: 09/05/2022

Data da Vigência: 09/05/2022 a 09/05/2023.

Fonte de Recurso: 0261.00 0000

Natureza da Despesa: 3390.30

Programa de Trabalho: 22.122.1297.8338

Plano Interno: 412.000.8338C

Contratado: DISPROL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI (CNPJ nº 36.190.482/0001-37).

Endereço: Rodovia Rua Maria Mazerello, nº 29 Altos - Sala 1, Bairro do Centro, Ananindeua - PA, CEP: 67.143-715.

E-mail: distripoldistribuidoraprodutos@gmail.com

Telefone: (91) 2123-0569

Ordenador: AROLDO CARNEIRO

Protocolo: 795971

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ

APOSENTADORIA

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará
PORTARIA AP Nº 2.017 DE 26 DE ABRIL DE 2022

Dispõe sobre a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - PROCESSO nº 2015/450115.

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar